

## **Governo de Bolieiro esconde informação da Comissão de Inquérito ao HDES para dificultar escrutínio**

O Grupo Parlamentar do PS/Açores denunciou hoje mais uma tentativa grave do Governo Regional de dificultar a ação fiscalizadora da Comissão de Inquérito ao Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada. Desta vez, o Governo enviou documentação relevante apenas ontem às 17h00, já na véspera da audição agendada para esta manhã, comprometendo de forma deliberada a análise e preparação dos trabalhos.

“Tratam-se de dezenas de indicadores fundamentais para compreender o real impacto do incêndio e das decisões que se seguiram, incluindo dados desagregados por mês e por especialidade sobre consultas externas e internamentos; número de cirurgias, distinguindo entre grandes, pequenas e de ambulatório; exames complementares de diagnóstico, como TAC, ecografias, ressonâncias magnéticas, mamografias e Raio-X; listas de espera atuais para consultas, cirurgias, exames e tratamentos; tratamentos como radioterapia, hemodiálise e oncologia; dados sobre partos, cuidados intensivos, medicina nuclear e deslocações de doentes e profissionais”, afirmou Carlos Silva, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PS.

“Estes exemplos relevavam diretamente para esta primeira audição à Ordem dos Médicos e estamos a falar de informação determinante, que não foi disponibilizada atempadamente, impedindo uma análise mais rigorosa”, acrescentou.

Para Carlos Silva, esta é “uma atitude vergonhosa e inaceitável por parte de quem se diz comprometido com a transparência, revelando, pelo contrário, uma clara intenção de condicionar o trabalho dos deputados e impedir o escrutínio parlamentar de um processo que continua envolto em opacidade”.

“Infelizmente, este tem sido o padrão do Governo de Bolieiro e dos seus parceiros da coligação, que reiteradamente escondem informação do Parlamento e dos Açorianos”, denunciou o Vice-Presidente do Grupo Parlamentar, Carlos Silva. “Negam documentos, ignoram requerimentos, falseiam dados e tentam impedir que se apurem responsabilidades”, acrescentou.

Apesar destas limitações, com a cumplicidade do CHEGA, o Vice-Presidente do GPPS reafirmou que vai continuar a denunciar “este comportamento antidemocrático e pouco digno de um governo que deveria ter todo o interesse em esclarecer as decisões tomadas” na sequência do incêndio que afetou o HDES.

Carlos Silva sublinhou que as dúvidas sobre o processo de adjudicação e construção do Hospital Modular permanecem e que as decisões tomadas continuam a ter impactos diretos na prestação de cuidados de saúde aos Açorianos.

“O PS/Açores garante que usará todos os mecanismos ao seu dispor para aceder à documentação necessária, mesmo que tal implique o recurso a entidades judiciais ou a outras instituições”, concluiu Carlos Silva.

Ponta Delgada, 02 de abril de 2025